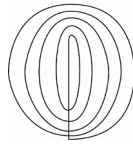


DESCRIÇÕES DEFINIDAS

EDIÇÃO DE 2014 do

COMPÊNDIO EM LINHA DE PROBLEMAS DE FILOSOFIA ANALÍTICA

2012-2015 FCT Project PTDC/FIL-FIL/121209/2010



Editado por
João Branquinho e Ricardo Santos

ISBN: 978-989-8553-22-5

Compêndio em Linha de Problemas de Filosofia Analítica
Copyright © 2014 do editor
Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa
Alameda da Universidade, Campo Grande, 1600-214 Lisboa

Descrições Definidas
Copyright © 2014 do autor
Murilo Coura

Todos os direitos reservados

Resumo

Descrições definidas são expressões da forma ‘o F’ ou ‘a F’. A correta interpretação de descrições definidas está no centro de muitos debates na filosofia da linguagem. Russellianos defendem que descrições definidas são expressões de quantificação e que proferimentos de ‘O F é G’ expressam proposições gerais sobre o que quer que seja unicamente F. Donnellanianos defendem que descrições definidas admitem usos referenciais e que proferimentos de ‘O F é G’ também podem expressar proposições singulares sobre a pessoa ou o objeto que o falante tem em mente. Ambos russellianos e donnellanianos precisam acomodar a existência de descrições definidas incompletas.

Palavras-chave

Descrições definidas, distinção referencial-atributivo, descrições definidas incompletas, Bertrand Russell, Keith Donnellan

Abstract

Definite descriptions are phrases of the form ‘the F’. The correct interpretation of definite descriptions is at the center of much debate in the philosophy of language. Russellians argue that definite descriptions are devices of quantification and that utterances of ‘The F is G’ express general propositions about whatever is uniquely F. Donnellians argue that definite descriptions admit referential uses and that utterances of ‘The F is G’ may also express singular propositions about the person or the object the speaker has in mind. Both Russellians and Donnellians need to accommodate the existence of incomplete definite descriptions.

Keywords

Definite descriptions, referential-attributive distinction, incomplete definite descriptions, Bertrand Russell, Keith Donnellan

Descrições Definidas

Descrições definidas são expressões formadas pelo artigo definido singular e por pelo menos um substantivo (p. ex., ‘o rei da França’, ‘a mesa’ e ‘o assassino de Smith’). A análise dessas expressões preocupou vários filósofos e não seria exagero afirmar que boa parte da filosofia da linguagem do século 20 é o resultado do debate acerca da correta interpretação de descrições definidas.

O artigo está dividido da seguinte forma. Primeiro, examinaremos a teoria de Russell e como ela responde a três problemas clássicos. Depois, trataremos da crítica de Strawson à teoria de Russell. Em seguida, investigaremos a natureza da distinção referencial-atributivo de Donnellan e as considerações de Kripke a respeito dessa distinção. Por fim, consideraremos as questões suscitadas pelo problema das descrições definidas incompletas e algumas das respostas que foram dadas a elas.

1 A teoria de Russell

A teoria de Russell é um ponto de partida natural para a discussão sobre descrições definidas. Embora não tenha sido a primeira teoria sobre o assunto, a sua enorme influência justifica a escolha. Russell apresentou sua teoria das descrições em 1905, no artigo “On Denoting”; mas ela reaparece em outros trabalhos (por exemplo, Russell 1919). O principal objetivo do artigo é oferecer uma análise apropriada de frases que contêm descrições definidas, que são “as mais interessantes e difíceis expressões denotativas” (Russell 1905: 481).

A teoria de Russell defende que descrições definidas são expressões de quantificação e que proferimentos de frases da forma ‘O F é G’ implicarão uma condição de existência (há pelo menos um F) e uma condição de unicidade (não há mais de um F). Em outras palavras, a teoria defende que não há nenhuma diferença entre o significado de uma frase da forma ‘O F é G’ e o de uma frase da forma ‘Há pelo menos um F e não há mais de um F e ele é G’.

De forma um pouco mais técnica, a teoria de Russell afirma que as condições de verdade e a “forma lógica” de ‘O F é G’ podem ser representadas da seguinte maneira:

$$(Ex) (Ay) ((Fy \leftrightarrow y = x) \& Gx)$$

Desse modo, por exemplo, as frases ‘O príncipe de Mônaco é calvo’ e ‘Há pelo menos um príncipe de Mônaco e não há mais de um príncipe de Mônaco e ele é calvo’, significariam exatamente a mesma coisa. E a forma lógica e as condições de verdade de ambas as frases poderia ser representada como:

$$(Ex) (Ay) ((y \text{ é príncipe de Mônaco} \leftrightarrow y = x) \& x \text{ é calvo})$$

A teoria de Russell introduz duas inovações fundamentais. Primeira, a ideia de que frases da forma ‘O F é G’ expressam proposições gerais, ou seja, proposições que não contêm a denotação da descrição ‘o F’. A proposição que uma frase da forma ‘O F é G’ expressa contera a propriedade de ser F e a propriedade de ser G, mas ela não contera o objeto que satisfaz a descrição ‘o F’. Assim, um proferimento de ‘O príncipe de Mônaco é calvo’ expressará uma proposição geral que contera as propriedades de ser príncipe de Mônaco e de ser calvo, mas que não contera o próprio Alberto II. É por esta razão que, mesmo quando não sabemos quem é Alberto II, podemos compreender inteiramente a proposição que um proferimento de ‘O príncipe de Mônaco é calvo’ expressará.

Segunda, a teoria nega que frases da forma ‘O F é G’ sejam simples frases do tipo sujeito-predicado. De acordo com a teoria, a estrutura sintática de frases da forma ‘O F é G’ é realmente bem mais complexa. Isso fica evidente quando consideramos a paráfrase lógica de ‘O F é G’, ou seja, a fórmula ‘ $(Ex) (Ay) ((Fy \leftrightarrow y = x) \& Gx)$ ’. Não há nessa fórmula nada que desempenhe a função de um sujeito. A complexidade estrutural de frases da forma ‘O F é G’ nos permitirá explicar como descrições definidas podem interagir com outras classes de palavras, dando origem a ambiguidades sintática. Essas duas ideias constituem o âmago da teoria de Russell.

Um esclarecimento antes de prosseguir. Estritamente, Russell não afirma que descrições definidas são “expressões de quantificação”. Em vez disso, ele afirma que elas são “expressões denotativas” (Russell 1905: 479). Em outras palavras, Russell trata descrições de-

finidas como um tipo de expressão sincategórica (p. ex., ‘todo...’, ‘algum...’ e ‘nenhum...’), isto é, como expressões que “nunca têm qualquer significado em si próprias, mas cada proposição, em cuja expressão verbal elas ocorrem, tem um significado” (1905: 480). Seguindo uma prática comum, porém, assumiremos que tratar descrições definidas como expressões de quantificação (das linguagens naturais) não é apenas aceitável, mas vai naturalmente ao encontro da teoria de Russell (cf. Evans 1982, Neale 1990).

Russell (1905) apresenta três problemas que qualquer teoria das descrições deveria ser capaz de resolver e mostra como a sua teoria lida com eles. O primeiro problema diz respeito ao princípio da substituição e à interação entre descrições definidas e verbos de atitude proposicional. Simplificando um pouco, o princípio da substituição afirma que se duas expressões referem-se a mesma coisa, podemos substituir uma expressão pela outra, numa frase, *salva veritate* (isto é, sem afetar o valor de verdade da frase). Assim, por exemplo, ‘O autor de *Ivanhoé* é manco’ pode se tornar ‘Sir Walter é manco’ se supusermos que ‘o autor de *Ivanhoé*’ e ‘Sir Walter’ se referem à mesma pessoa. E se ‘O autor de *Ivanhoé* é manco’ for verdadeira, ‘Sir Walter é manco’ também será verdadeira.

O princípio da substituição parece incontestável. Considere, porém, o que acontece quando introduzimos verbos de atitude proposicional.

(1) George IV queria saber se Sir Walter era o autor de *Ivanhoé*.

Supondo que ‘Sir Walter’ e ‘o autor de *Ivanhoé*’ referem-se à mesma pessoa e apoiando-nos no princípio da substituição, podemos permutar uma expressão pela outra e obter (2).

(2) George IV queria saber se Sir Walter era Sir Walter.

O problema é evidente. Como (1) é uma frase verdadeira e ambas as expressões, ‘Sir Walter’ e ‘o autor de *Ivanhoé*’, parecem se referir ao mesmo indivíduo, (2) também deveria ser uma frase verdadeira. Porém, (2) não é uma frase verdadeira, já que dificilmente George IV desejava saber se Sir Walter era idêntico a si mesmo.

O segundo problema está relacionado a uma aparente violação do princípio do terceiro excluído. O princípio afirma que qualquer

disjunção formada por uma frase e pela sua negação será verdadeira. Com isso em mente, considere (3).

(3) O atual rei da França é calvo.

A maior parte das pessoas julgaria que (3) é uma frase falsa. A razão desse julgamento é simples: como a França é uma república, não é verdade que seu rei é calvo. (É certo que a mesma frase poderia expressar uma proposição verdadeira, caso fosse proferida em outra época (digamos, em 844). Porém, como nota Russell (1957), não devemos confundir a questão dos indexicais com a questão das descrições definidas. Se o exemplo tivesse sido ‘O rei da França *em 1905* é (era) calvo’, não haveria mais a possibilidade de usar esta frase, em outras ocasiões, para expressar uma proposição verdadeira.)

Considere agora (~ 3).

(~ 3) O atual rei da França *não* é calvo.

Provavelmente, a maioria das pessoas também julgaria que (~ 3) é uma frase falsa e pela mesma razão que (3): como a França é uma república, não é verdade que seu rei não é calvo.

O problema é que se ambas (3) e (~ 3) forem falsas, a disjunção formada por elas, ‘O atual rei da França é calvo ou o atual rei da França não é calvo’, também será falsa e nesse caso teremos um contraexemplo do princípio do terceiro excluído. O princípio do terceiro excluído é fundamental para a lógica clássica. Portanto, rejeitá-lo é algo que a maioria dos filósofos evitaria se pudesse.

O terceiro problema trata de frases existenciais negativas. Considere (4).

(4) O Kilimanjaro fica na África.

Se uma pessoa proferisse (4), ela expressaria uma proposição verdadeira. Intuitivamente, diríamos que, ao proferir (4), a pessoa fez referência a uma montanha (o Kilimanjaro) e atribui à montanha uma propriedade que ela de fato tem (a propriedade de estar localizada na África). Considere, porém, (5).

(5) A montanha de ouro não existe.

Se alguém proferisse (5), ela também expressaria uma proposição verdadeira; mas não pelas mesmas razões de (4). Alguém que profere

(5) não parece estar se referindo a uma montanha, tampouco atribuindo a ela a “propriedade” de não existir. Portanto, como é possível que (5) seja verdadeira, quando a descrição definida ‘a montanha de ouro’ não se refere a nada?

Vejam os com a teoria de Russell dá cabo desses problemas. O passo inicial na solução do primeiro problema é determinar a análise de (1). De acordo com a teoria, a possibilidade de interação entre a descrição definida ‘o autor de *Ivanhoé*’ com os verbos de atitude proposicional ‘queria saber’ faz de (1) uma frase ambígua e que, portanto, admite pelo menos duas análises: (1*) e (1**).

(1*) George IV queria saber se $(\exists x)(Ay)((y \text{ é autor de } Ivanhoé \leftrightarrow y = x) \ \& \ x = \text{Sir Walter})$

(1**) $(\exists x)(Ay)((y \text{ é autor de } Ivanhoé \leftrightarrow y = x) \ \& \ \text{George IV queria saber se } x = \text{Sir Walter})$

A diferença entre as análises está relacionada ao âmbito da descrição definida. Em (1*), a descrição definida tem o âmbito menor que ‘queria saber’ e, em (1**), a descrição tem o âmbito maior. Para usar as expressões de Russell, (1*) tem ocorrência secundária e (1**) tem ocorrência primária.

Embora diferentes, as duas análises nos mostram que a passagem de (1) para (2) não envolveu a substituição de expressões de mesma referência. De acordo com as análises, ‘Sir Walter’ é um termo que se refere a Walter Scott e que pode portanto ser substituído por outro termo que se refere ao escritor (por exemplo, ‘Scott’). A descrição ‘o autor de *Ivanhoé*’, porém, não corresponde a nenhum termo. Estritamente, ‘o autor de *Ivanhoé* é...’ corresponde a $(\exists x)(Ay)((y \text{ é autor de } Ivanhoé \leftrightarrow y = x) \ \& \ x = \dots)$. Portanto, não houve violação do princípio da substituição de termos da mesma referência porque não havia termos da mesma referência em (1).

A solução do segundo problema explora a distinção entre ocorrências primária e secundária de descrições definidas. A ideia principal é que frases da forma ‘O F não é G’ são sintaticamente ambíguas e que portanto podem ser interpretadas de duas maneiras distintas.

Começaremos com a análise de (3), que – de acordo com a teoria de Russell – será dada por (3*).

(3*) (Ex) (Ay) ((y é rei da França \leftrightarrow y = x) & x é calvo)

A frase (3*) é falsa, pois ela afirma que existe um rei da França.

(\sim 3) admite duas análises: (\sim 3*) e (\sim 3**).

(\sim 3*) (Ex) (Ay) ((y é rei da França \leftrightarrow y = x) & \sim x é calvo)

(\sim 3**) \sim (Ex) (Ay) ((y é rei da França \leftrightarrow y = x) & x é calvo)

Em (\sim 3*), a descrição tem ocorrência primária e, em (\sim 3**), a descrição tem ocorrência secundária.

As análises deixam claro que (\sim 3*) é uma frase falsa e que (\sim 3**) é uma frase verdadeira. (\sim 3*) é falsa porque ela afirma a existência de um rei da França e (\sim 3**) é verdadeira porque nega a existência de um rei da França. Portanto, não há nenhum conflito entre os valores de verdade das frases (3) e (\sim 3) e o princípio do terceiro excluído: (3) é falsa e sua negação 'lógica', (\sim 3**), é verdadeira.

A chave para a solução do terceiro problema está na análise de (5). Segundo a teoria de Russell, essa análise será dada por (5*).

(5*) \sim (Ex) (Ay) (y é montanha de ouro \leftrightarrow y = x)

(5*) nos mostra que (5) expressa uma proposição completamente geral, ou seja, uma proposição que não contém nenhum objeto. Ela afirma simplesmente que não existe nenhuma coisa que exemplifique a propriedade de ser uma montanha de ouro. A proposição contém a propriedade de ser uma montanha de ouro, mas não contém nenhuma montanha (real ou imaginária). É por isso que (5) pode ser verdadeira, mesmo quando a descrição 'a montanha de ouro' não se refere a nada.

Em certo sentido, a teoria de Russell não "resolve" os três problemas: ela os "dissolve". Ela mostra que todos os problemas foram o resultado de duas suposições equivocadas: a de que descrições definidas são expressões referenciais e a de que frases da forma 'O F é G' são frases do tipo sujeito-predicado. Para Russell, quando frases da forma 'O F é G' são corretamente analisadas, os problemas que examinamos nem mais se colocam.

2 A crítica de Strawson

Por mais de quatro décadas, a teoria das descrições de Russell foi amplamente aceita entre filósofos. A situação mudou em 1950, com a publicação de “On referring”. Nesse influente artigo, Strawson defende que a teoria das descrições de Russell apresenta erros fundamentais. Retomando algumas ideias de Frege (1978), Strawson defende que descrições definidas são comumente usadas para se referir a pessoas, objetos, lugares e eventos e que – à semelhança de nomes próprios e expressões demonstrativas – elas são convencionalmente usadas para fazer aquilo que Strawson chamou de “uso referencial individualizante” (Strawson 1950: 320).

Strawson acusa Russell de ignorar distinções importantes. Por exemplo, Russell teria confundido o significado de uma expressão referencial e a sua referência (em relação ao contexto do proferimento). Ou seja, ele teria confundido aquilo que uma expressão referencial quer dizer e aquilo que ela designa. A teoria de Russell parece depender do seguinte argumento. Expressões referenciais (“nomes logicamente próprios”, na expressão de Strawson (1950: 323)) só podem ser significativas quando se referem a alguma coisa. Mas descrições definidas podem ser significativas mesmo quando não se referem a nada. Logo, descrições definidas não são expressões referenciais. O problema com esse argumento está na primeira premissa: Ela é falsa, pensa Strawson. O significado de uma expressão referencial não é sua referência. Strawson ilustra o ponto considerando o caso da expressão demonstrativa ‘este’. Imagine que eu estenda os braços e, com as mãos em concha, diga: “Este tem um belo vermelho”. Se as minhas mãos estiverem vazias, meu interlocutor não dirá que meu proferimento carece de significado. Em vez disso, ele provavelmente dirá algo como “Do que você está falando?” ou “Mas não há nada nas suas mãos”. Assim, para Strawson, é inegável que a frase que eu proferi tem um significado e que é exatamente por causa disso que o interlocutor pode me perguntar sobre o que estou falando. O exemplo mostra que a questão do significado é diferente da questão da referência. Para Strawson, “o significado [de uma expressão referencial] é o conjunto de regras, hábitos e convenções para o seu uso ao se referir” e, portanto, a ausência de referência não impede de forma nenhuma uma expressão de ser significativa (1950: 328).

Strawson ressalta que – estritamente falando – a expressão ‘a referência da descrição definida’ é incorreta. Literalmente, descrições definidas não têm referência e (por si sós) descrições não se referem a nada. São os falantes que se referem a pessoas ou a coisas quando usam descrições. Portanto, é inapropriado afirmar que a descrição ‘o atual presidente dos EUA’ refere-se a Barack Obama. O apropriado seria afirmar que se uma pessoa proferisse hoje a frase ‘O atual presidente dos EUA é um democrata’, ela estaria usando a descrição ‘o atual presidente dos EUA’ para se referir a Barack Obama.

Outra objeção de Strawson à teoria de Russell diz respeito a uma (suposta) confusão entre aquilo que um falante expressa ao proferir uma frase e aquilo que ele meramente pressupõe. De acordo com a teoria de Russell, um proferimento de ‘O rei da França é sábio’ implicará que há, pelo menos, um rei da França. Portanto, se essa implicação for falsa, o proferimento também será falso. Strawson rejeita essa análise. Para ele, um proferimento de ‘O rei da França é sábio’ implicará apenas “num sentido especial e peculiar” (Strawson 1950: 330) que há um rei da França e se esta implicação for falsa, o proferimento não será falso nem verdadeiro. Em outras palavras, quando uma pessoa profere a frase ‘O rei da França é sábio’ não está afirmando que há um rei, mas isso é algo pressuposto pelo seu proferimento (Strawson 1952).

Não se trata de uma simples questão terminológica. Implicações (lógicas) e pressuposições possuem diferentes propriedades semânticas. Quando a implicação de um proferimento é falsa, o proferimento será falso. Mas quando a pressuposição de um proferimento é falsa, o proferimento não será falso nem verdadeiro. Portanto, a suposição russelliana de que todo proferimento da forma ‘o F é G’ será verdadeiro ou falso não é correto, afirma Strawson.

Alguns de nossos comportamentos verbais vão ao encontro das ideias de Strawson. Por exemplo, se uma pessoa afirmasse hoje, de forma séria, que o rei da França é sábio, não diríamos simplesmente “Isso não é verdade”. E se ela insistisse em saber se concordamos com o que ela afirmou ou se julgamos a sua afirmação verdadeira, diríamos – com alguma hesitação – que nenhuma das duas coisas. Provavelmente explicaríamos à pessoa em questão que ela está enganada, que a França não é uma monarquia, que não há mais um rei da França

e que, portanto, a questão da verdade do proferimento “simplesmente não se colocou” (Strawson 1950: 330).

Embora tenham sido muito influentes, as objeções de Strawson perderam força nas últimas décadas. Vejamos a objeção da pressuposição. Neale (1990: 27) aponta vários casos nos quais uma falsa pressuposição não impede o falante de expressar uma proposição falsa. Por exemplo, proferimentos de ‘Esta manhã meu pai tomou café da manhã com o rei da França’ ou ‘O rei da França foi entrevistado em The Tonight Show ontem à noite’ expressariam proposições claramente falsas. Portanto, conclui Neale, as intuições linguísticas dos falantes comuns nem sempre estão de acordo com as de Strawson. Além disso, os trabalhos de Grice puseram em questão a natureza semântica da pressuposição e, conseqüentemente, sua capacidade de afetar o valor de verdade de uma proposição. O próprio Grice (1990: 269-82) defende que os fenômenos descritos por Strawson nada mais são que casos de implicaturas conversacionais.

3 A distinção referencial-atributivo

Donnellan fez críticas influentes à teoria de Russell. Donnellan (1966, 1968) defendeu que descrições definidas admitem dois usos distintos, um uso referencial e um uso não referencial, e que essa dualidade não foi detectada por Russell.

Donnellan apresenta a distinção com exemplos. Imagine que um detetive encontra um indivíduo, digamos Smith, brutalmente assassinado. Desconhecendo a identidade do assassino e baseando-se apenas na violência do crime, o detetive profere (6).

(6) O assassino de Smith é um louco.

Imagine agora que Jones foi acusado e que ele está sendo julgado pelo assassinato de Smith. No tribunal, ele se comporta de maneira desatinada. Vendo aquilo e, desta vez, baseando-se no comportamento de Jones, um dos presentes, digamos Robinson, também profere (6).

Que tipo de proposição Robinson e o detetive expressaram? Russell diria que ambos expressaram proposições gerais, proposições sobre quem quer que tenha assassinado Smith. Mais precisamente, cada um deles expressou a proposição que há apenas um assassino de Smith e ele é um louco.

Donnellan não concordaria com essa resposta. Para ele, é razoável assumir que, no primeiro caso, o detetive expressou uma proposição geral. Ao proferir (6), o detetive não tinha ninguém em mente e o que ele queria dizer era simplesmente que quem quer que tenha assassinado Smith deve ser louco.

Porém, não era isso que Robinson queria dizer. Ao proferir (6), Robinson queria dizer que aquele indivíduo ali, Jones, era louco. Robinson não queria comunicar uma proposição geral, uma proposição sobre quem quer que tenha assassinado Smith. Ele queria comunicar uma proposição singular, ou seja, uma proposição que só poderia ser inteiramente compreendida por uma pessoa que fosse capaz de identificar Jones.

Diferentemente do detetive, escreve Donnellan, Robinson usou a descrição apenas como “uma ferramenta para fazer uma determinada tarefa: chamar a atenção [do ouvinte] para uma pessoa ou uma coisa” (1966: 364). E, nesse caso, se alguém perguntasse a Robinson a quem ele está se referindo, sua resposta seria a Jones. No primeiro proferimento de (6), temos o que Donnellan chama de uso atributivo da descrição definida e, no segundo proferimento de (6), temos o que ele chama de uso referencial.

Donnellan defende que a melhor maneira de patentear a diferença entre os dois usos é considerar o que se passaria quando nada satisfaz a descrição empregada pelo falante. Suponhamos agora que Smith cometeu suicídio e que, portanto, Jones está sendo julgado por um crime que ele não cometeu. Nesse caso, Robinson disse algo verdadeiro ou falso? Aqui também, as ideias de Donnellan e Russell divergem. De acordo com a teoria de Russell, se ninguém assassinou Smith, então Robinson disse algo falso. Se não há um assassino de Smith, Robinson não poderia ter dito algo verdadeiro. Para Donnellan, entretanto, um falante pode se referir a um certo objeto e afirmar algo verdadeiro a seu respeito, mesmo quando nada satisfaz a descrição que ele empregou. Portanto, para Donnellan, se Jones era de fato louco, então há pelo menos um sentido no qual Robinson disse algo verdadeiro sobre ele.

Donnellan observa que a distinção entre usos referencial e atributivos aplica-se também a perguntas e comandos. Imagine que, numa festa, um homem bebendo martíni chama a atenção de uma pessoa. Intrigada, a pessoa pergunta: “Quem é o homem bebendo

um martíni?” Está claro que a pessoa não fez uma pergunta geral. Ela não fez uma pergunta sobre a identidade de quem quer que estivesse bebendo martíni na festa, mas sobre a identidade daquele homem logo ali. Trata-se de um uso referencial, ou seja, de um uso no qual o conteúdo da descrição não desempenha um papel essencial. Prova disso, pensa Donnellan, é que mesmo que o homem em questão estivesse bebendo apenas água, ainda assim a pergunta seria sobre ele e admitiria uma resposta.

Isso não acontece no uso atributivo. Imagine que durante uma reunião da Associação dos Alcoólicos Anônimos, alguém informa o presidente da associação de que um dos participantes foi visto bebendo um martíni. O presidente então pergunta: “Quem é o homem bebendo martíni?” Como o presidente não tinha ninguém em mente, sua pergunta foi geral: ele queria saber a identidade de quem quer que estivesse bebendo martíni. Suponha que houve um engano e que ninguém estava consumindo bebidas alcoólicas na reunião. Nesse caso, não há uma pessoa sobre a qual o presidente fez uma pergunta e não há, portanto, como responder à pergunta dele.

Donnellan conclui que a teoria das descrições de Russell é – na melhor das hipóteses – uma teoria incompleta. Embora seja compatível com o uso atributivo, a teoria deixou de reconhecer o uso referencial. O não reconhecimento dessa dualidade, pensa Donnellan, é uma séria limitação da teoria de Russell.

A distinção de Donnellan tem grande apelo intuitivo. É difícil negar que descrições definidas admitem dois usos bem distintos. Apesar disso, vários autores sustentaram que a existência do uso referencial não vai de encontro à teoria de Russell. Kripke (1977), por exemplo, defendeu que – por si mesmas – as considerações de Donnellan não refutam a teoria de Russell. Tudo o que Donnellan escreveu sobre o uso referencial é compatível tanto com uma teoria da ambiguidade quanto com uma teoria unitária (como a de Russell). Além disso, considerações metodológicas favoreceriam a teoria de Russell, pois – *ceteris paribus* – uma teoria unitária é preferível a uma teoria que postula ambiguidade.

Inspirando-se nas ideias de Grice, Kripke introduz as noções de “referência semântica” e “referência do falante”. Simplificando um pouco, podemos dizer que nos casos de referência semântica, o uso convencional da expressão é indispensável para estabelecimento de

sua referência. Nos casos de referência do falante, entretanto, são as intenções comunicativas do falante que desempenham o papel mais importante. Kripke ilustra a distinção com um exemplo. Suponha que A e B veem Smith de longe e confundem-no com Jones. Eles trocam entre si as seguintes palavras.

A: “O que Jones está fazendo?”

B: “Limpando o gramado.”

No diálogo acima, parece razoável afirmar que os dois participantes fizeram referência a Smith (e não a Jones) e que se Smith estava limpando o gramado, então B comunicou algo verdadeiro sobre Smith (independentemente do que Jones fazia na ocasião). No entanto, sabemos que em português ‘Jones’ designa Jones e não Smith. Podemos então concluir que o nome próprio ‘Jones’ é ambíguo? Que ele ora se refere a Jones, ora se refere a Smith? Claro que não, afirma Kripke. Tudo o que o exemplo mostra é que um falante pode usar uma expressão para se referir a uma pessoa ou coisa que não é a referência semântica da expressão. Embora a referência semântica de ‘Jones’ seja Jones, naquela ocasião, a referência do falante ao usar ‘Jones’ era Smith.

Para Kripke, a distinção entre usos referencial e atributivo de descrições definidas é apenas um caso particular da distinção entre referência semântica e referência do falante, aplicado ao caso de descrições definidas. Portanto, se Jones for inocente, ele não será a “referência semântica” da descrição ‘o assassino de Smith’. Porém, nada impede que alguém use a descrição ‘o assassino de Smith’ para se referir a Jones. Nesse caso, porém, Jones será apenas a referência do falante da descrição. A ideia básica é a mesma do caso anterior: não precisamos postular nenhuma duplicidade de significado para explicar a diferença entre usos referencial e atributivo. Trata-se apenas de dois “usos” de descrições, não de dois “sentidos”. Portanto, afirmar que a distinção de Donnellan é incompatível com a teoria de Russell seria confundir pragmática e semântica.

As ideias de Kripke foram retomadas e aperfeiçoadas por Neale (1990).

Neale (1990) observa que a noção de referência semântica não se aplica a descrições definidas. Embora possam ter denotação, descrições definidas nunca têm, para Russell, uma referência. Por causa

disso, ele reinterpreta as ideias de Kripke usando as noções de proposição que o falante (literalmente) expressa ao proferir uma frase e proposição que o falante comunica ao proferir a frase. Para Neale, usos atributivos seriam aqueles nos quais ao proferir uma frase da forma ‘O F é G’, o falante expressa e comunica a mesma proposição geral sobre o que quer que seja unicamente F. Por sua vez, usos referenciais seriam aqueles nos quais o falante expressa uma proposição geral sobre o que quer que seja unicamente F, mas também comunica uma proposição singular sobre uma pessoa ou um objeto que ele tem em mente. Assim, ao proferir (6), o detetive expressou e comunicou a mesma proposição geral. Robinson, porém, ao proferir (6), além de uma proposição geral, também comunicou uma proposição singular sobre Jones.

4 Descrições incompletas

Strawson fez várias objeções à teoria das descrições definidas de Russell. A mais influente delas diz respeito à existência de descrições definidas incompletas. Descrições definidas incompletas (ou melhor, descrições definidas “usadas” de forma incompleta) são aquelas que são satisfeitas por mais de uma pessoa ou objeto. Como vimos, a teoria de Russell afirma que alguém que profere uma frase da forma “O F é G” expressa a mesma proposição que alguém que profere – nas mesmas circunstâncias – uma frase da forma “Há apenas um F e ele é G”. Em outras palavras, um proferimento de “O F é G” estaria associado às mesmas condições de verdade que um proferimento de “Há apenas um F e ele é G”.

Em alguns casos, a equivalência parece correta. Proferimentos de ‘O atual presidente dos EUA é democrata’ e ‘Há atualmente apenas um presidente dos EUA e ele é democrata’ serão verdadeiros nas mesmas circunstâncias. Em outros casos, porém, a equivalência parece duvidosa. Considere um proferimento de (7).

(7) A mesa está coberta de livros.

A maioria de nós consideraria que um proferimento dessa frase seria potencialmente verdadeiro. Se uma pessoa apontasse para uma mesa que está coberta de livros e proferisse (7), seria natural pensar que ela expressou uma proposição verdadeira.

O problema é que – de acordo com a teoria de Russell – um proferimento dessa frase praticamente nunca expressaria uma proposição verdadeira. Por quê? Para Russell, um proferimento de (7) expressará a mesma proposição que (8).

(8) Há apenas um mesa (em todo o universo) e ela está coberta de livros.

Ora, (8) expressa uma proposição literalmente falsa, pois há várias mesas no universo. Portanto, se aceitarmos que a teoria de Russell está correta, devemos aceitar também que um proferimento de (7) será verdadeiro apenas quando houver apenas uma mesa no universo e ela estiver coberta de livros! E a mesma coisa acontecerá com todos os proferimentos que contiverem descrições definidas incompletas. Portanto, parece que há um desencontro entre as condições de verdade que a teoria de Russell atribui a frases da forma ‘O F é G’ (quando a descrição ‘o F’ é incompleta) e as intuições linguísticas da maioria de nós. Como um grande número de descrições é usada de forma incompleta, o problema não pode ser ignorado. A teoria de Russell precisa acomodar a existência de descrições incompletas.

Um dos primeiros filósofos que tentou explicar esse desencontro foi Sellars. A explicação de Sellars (1954) é simples e intuitiva. Para ele, descrições definidas incompletas são elípticas. Elas abreviam descrições completas que o falante poderia ter usado se quisesse. Em outras palavras, esses proferimentos expressam proposições que são “contextualmente” completadas. Por exemplo, um proferimento de (7) expressaria, em relação a um certo contexto, a mesma proposição que, digamos, ‘A mesa *na minha frente* está coberta de livros’ expressaria. Podemos generalizar a ideia de Sellars da seguinte forma. Se ‘o F’ for uma descrição incompleta, então um proferimento de ‘o F é G’ expressará a proposição que ‘há apenas um F *que é H* e ele é G’ (‘...é H’ representa uma propriedade dada pelo contexto do proferimento, que faz com que a descrição denote no máximo um objeto).

Portanto, exemplos que contêm descrições incompletas, pensa Sellars, não refutariam a teoria das descrições de Russell. Eles apenas mostrariam que não é possível avaliar corretamente a teoria de Russell, sem levar em conta o fato de que a maior parte daquilo que dizemos é formada por asserções elípticas. Seguindo Neale (1990),

podemos chamar a resposta de Sellars ao problema das descrições incompletas de resposta explícita.

Embora seja intuitiva, nem todos consideram a resposta de Sellars plausível. Wettstein (1981), por exemplo, argumentou que as ideias de Sellars assumem pressupostos falsos e nos conduzem a resultados contraintuitivos.

Wettstein observa que, em geral, há mais de uma forma de se completar uma descrição definida. Retomando o exemplo de Strawson, parece razoável supor que o falante poderia ter usado a descrição ‘a mesa *ali*’, para denotar a mesa em questão. Porém, parece igualmente razoável supor que ele poderia – se quisesse – ter usado outras descrições, tais como ‘a mesa *na minha frente*’ ou ‘a mesa *do meu escritório*’.

Em princípio, várias dessas descrições completas não serão equivalentes. Mesmo quando denotam a mesma mesa, as contribuições proposicionais das descrições ‘a mesa *na minha frente*’ e ‘a mesa *do meu escritório*’ serão diferentes. Além disso, parece claro que um proferimento de (7) expressaria uma proposição determinada e, para identificar essa proposição, o ouvinte precisará também identificar a proposição completa que o falante tinha em mente ao usar a frase. Surge então o seguinte problema: como identificar a proposição completa que o falante tinha em mente? Há pelo menos duas dificuldades aqui. A primeira é que, em geral, o contexto do proferimento não coloca o ouvinte em posição de identificar apenas uma descrição completa que o falante poderia ter proferido. Há várias descrições completas que o ouvinte poderia atribuir ao falante e normalmente não há só uma que sobressaia às demais. Em outras palavras, não há um critério objetivo para escolher entre as diferentes descrições completas que o falante poderia produzir. A segunda, mais séria, é que a explicação de Sellars é psicologicamente irrealista. Na maioria dos casos, quando um falante usa uma descrição incompleta, ele não tem em mente uma descrição completa. É verdade que o falante quase sempre pode – *ex post facto* – produzir uma descrição completa. Mas ter em mente uma descrição completa e ser capaz de produzir uma são, obviamente, eventos psicológicos muito diferentes.

A estratégia de Sellars não é a única disponível para o russelliano. Ele também pode acomodar a uso de descrições incompletas empregando a noção de restrição de domínio quantificacional. A ideia aqui é que frases da forma ‘O F é G’ devem ser interpretadas em relação a

um domínio mais restrito de objetos. Assim, um proferimento de ‘A mesa é marrom’ expressará uma proposição verdadeira quando, em relação a um certo domínio (digamos, nosso escritório) houver apenas uma mesa e ela for marrom. A estratégia é geral e estende-se naturalmente a outras expressões. Assim, um proferimento de ‘Todas as cervejas estão quentes’ é falso quando se considera todo o mundo, mas é potencialmente verdadeiro, quando se considera um domínio restrito de objetos (por exemplo, a geladeira do falante).

Infelizmente, a estratégia de restrição de domínio quantificacional também enfrenta problemas. Como notou Soames (1986), essa abordagem tem dificuldades para lidar com frases como (9).

(9) A mesa está em cima de uma outra mesa.

De acordo com a teoria de Russell, um proferimento de (9) seria contraditório, pois implicaria – em relação a um certo domínio – que há apenas uma mesa e que há pelo menos duas mesas. Isso fica claro quando se considere a análise de (9), isto é, (9*).

(9*) (Ex) (Ay) [(y é mesa \leftrightarrow y = x) & (Ey) (y é mesa & (x está em cima de y) & \sim y = x)]

As abordagens explícita e de restrição de domínio quantificacional são normalmente vistas como respostas semânticas ao problema das descrições incompletas. Há, porém, respostas pragmáticas ao problema. Bach (1987), por exemplo, afirma que descrições incompletas são exatamente o que parecem ser: descrições incompletas. Portanto, para Bach, um proferimento de uma frase que contém uma descrição incompleta pode até “comunicar” uma proposição verdadeira, mas a proposição que ela (literalmente) expressa será falsa.

Conclusão

“On Denoting” é um dos artigos mais influentes da filosofia contemporânea. Recentemente, Kripke escreveu: “Na filosofia analítica, filosofia contemporânea anglo-saxã, ‘On Denoting’ de Russell é certamente o artigo mais famoso escrito na primeira metade do século 20” (2005: 1005). A proeminência desse artigo deve-se principalmente à sua teoria das descrições definidas. É impossível descrever a

filosofia do século 20, sem se referir a “On Denoting” e à teoria das descrições de Russell.

A maior parte da discussão contemporânea sobre descrições gira em torno da distinção referencial-atributivo e das descrições incompletas. Há, claro, outras questões importantes. Dentre elas, vale a pena mencionar pelo menos as seguintes: a implicação de unidade de descrições (cf. Szabó 2000), a interpretação de descrições definidas como predicados (Graf 2001) e o tratamento de descrições genéricas (Sharvy 1980).

Ostertag 1998 reúne vários textos clássicos sobre descrições. Os artigos de Russell, Strawson, Donnellan, Kripke, Wettstein e Soames, por exemplo, podem ser encontrados nesta coletânea. Aqueles que desejam se aprofundar no tema também devem consultar Reimer & Bezuidenhout 2004. A obra agrupa pesquisas tanto de filósofos quanto de linguistas. Em outubro de 2005, a revista *Mind* publicou uma edição especial, em comemoração ao centenário da publicação de “On Denoting”. Além de excelentes artigos, há uma útil introdução de Neale.

Murilo Coura
Universidade de Brasília

Referências

- Bach, Kent. 1987. *Thought and Reference*. Oxford: Clarendon Press.
- Donnellan, Keith S. 1966. Reference and Definite Descriptions. *The Philosophical Review* 75: 281-304.
- Donnellan, Keith S. 1968. Putting Humpty Dumpty Together Again. *The Philosophical Review* 77: 203-215.
- Evans, Gareth. 1982. *The Varieties of Reference*. Oxford: OUP.
- Frege, Gottlob. 1978. *Lógica e filosofia da linguagem*. São Paulo: Cultrix, Editora da Universidade de São Paulo.
- Graf, Delia. 2001. Descriptions as Predicates. *Philosophical Studies* 102: 1-42.
- Grice, Paul. 1990. *Studies in the Ways of Words*. Cambridge (Mass.): Harvard University Press.
- Kripke, Saul. 1977. Speaker's Reference and Semantic Reference. *Midwest Studies in Philosophy* 2: 255-276.
- Kripke, Saul. 2005. Russell's Notion of Scope. *Mind* 114:1005-1037.
- Neale, Stephen. 1990. *Descriptions*. Cambridge (Mass.): The MIT Press.
- Ostertag, Gary (ed.). 1998. *Definite Descriptions: A Reader*. Cambridge (Mass.): The MIT Press.
- Reimer, Marga & Bezuidenhout, Anne (eds.). 2004. *Descriptions and Beyond*. Oxford: Oxford University Press.
- Russell, Bertrand. 1905. On Denoting. *Mind* 14: 479-493.

- Russell, Bertrand. 1919. Descriptions. In *Introduction to Mathematical Philosophy*. London: George Allen & Unwin, LTD.
- Russell, Bertrand. 1957. Mr. Strawson on referring. *Mind* 66: 385-389.
- Sellars, Wilfrid. 1954. Presupposing. *The Philosophical Review* 63: 197-215.
- Sharvy, Richard. 1980. A More General Theory of Definite Descriptions. *The Philosophical Review* 89: 607-624.
- Soames, Scott. 1986. Incomplete Definite Descriptions. *Notre Dame Journal of Formal Logic* 27: 349-374.
- Strawson, P. F. 1950. On Referring. *Mind* 59: 320-344.
- Strawson, P. F. 1952. *Introduction to Logical Theory*. London: Methuen.
- Szabó, Zoltán Gendler. 2000. Descriptions and Uniqueness. *Philosophical Studies* 101: 29-57.
- Wettstein, Howard. 1981. Demonstrative Reference and Definite Descriptions. *Philosophical Studies* 40: 241-257.